

# educação

## À VOLTA DO ENSINO PARTICULAR

Não levamos a mal que se haja escrito o que se afirmou acerca do ensino particular num artigo publicado nesta página, artigo de uma certa vontade de só dizer bem.

Simplesmente nos parece de suma conveniência que se mostre o reverso da medalha para evitar noções incompletas, de exclusiva boa impressão, havendo motivos para a contrária.

E desse reverso queremos hoje focar um pormenor.

As condições de trabalho do professor constituem, ou devem constituir, um dos fundamentos requisitos a atender nas actividades escolares, mais concretamente para o caso presente: no ensino particular.

Escusam de pregar pedagogias, ciências didácticas, métodos novos ou os processos, modernos das mais modernas escolas da Suíça ou da Alemanha (palavras de prospectos de vários colégios), pois tudo isso o professor considerará fogo de vistas, bonito para atrair quem se fia em cartazes, mas falso, sem a mínima realidade atrás, se não começarem por conceder-lhe as tais condições que as tais ciências pedagógicas requerem para quem faz do magistério a sua profissão.

O ensino particular dá aos professores possibilidade de realizar pedagogicamente a sua profissão?

Se der — satisfaz uma das mais necessárias exigências para poder considerar-se escola de bons professores, isto é, escola capaz de bem formar os agentes do ensino.

Se não der — podem os professores ser bons mestres, não o devem, porém, é formação do meio em que exercem a sua missão, mas somente, e em exclusivo, a qualidades pessoais suficientes para neutralizarem ambientes que em nada os auxiliam.

E se esta hipótese for a verificada, o ensino particular — por este lado, ao menos — nem é boa escola, nem merece elogios...

Basta verificar qual das proposições do dilema se realiza.

\*

A finalidade formativa e educativa do magistério exige, de quem o exerce, uma totalidade de realização, uma constante actualização de conhecimentos, um viver existencial para a profissão — circunstâncias só permitidas pela proporcionada independência económica, resultante da justa retribuição do trabalho.

Estamos a adivinhar certo franjir de testa em alguns leitores que não toleram a mistura economia-pedagogia. Mas a verdade é que, neste ramo, de ensino, temos que encarar a primeira, para benefício da segunda.

E dada tal necessidade, pomos de parte eufemismos, disfarces da questão, e preferimos fazer a combinação, mesmo que desagrademos a sensibilidades requintadas. O homem também vive de pão, embora lhe não bast: a vida.

Nesse mínimo de condições de trabalho, de ordem pedagógica e didáctica integralmente necessárias à formação do professor e cabal desempenho do seu mister, começamos, por implicitar — e estamos apenas a repetir-nos — a independência económico-profissional, singela, por inferência, a partir da inteira dedicação à profissão.

E isto pela coezinha razão de que quando uma profissão não oferece garantia de ordem económica, ou se acumula com outra ou se aguenta apenas em regime de transitoriedade.

Isto aplicado ao caso de que tratamos dá: na primeira hipótese é dada a natureza do magistério, este não pode realizar-se pedagó-

gicamente bem; logo realiza-se mal; logo ainda — suprime-se. Na segunda — passa a considerar-se um refúgio temporário de que se foge logo que é possível; o que origina um constante renovar de quadros: chega-se inexperiente e sai-se quando certas qualidades de mestria começariam a revelar-se. Teríamos assim um ensino sempre deficiente, ou pelo menos, não tão bom como seria se os professores se mantivessem.

Trazida a discussão até aqui, resta perguntar e responder: o ensino particular faculta aos professores a situação económica exigida para a boa realização pedagógica da profissão?

Respondemos lá: não faculta. Agora é só tirar as conclusões das diversas premissas que vimos estabelecendo.

Faltava-nos provar aquêle «não faculta».

Até 1940 andou o prego das lições no ensino não oficial (falamos só do ensino em estabelecimento), o único que aqui nos interessa) à mercê da diabólica lei da oferta e da procura. O Sub-Secretário das Corporações fixou então os salários mínimos, baseados na hora-lectiva.

Nas três condições universitárias marcou-se a hora a dez escudos. No resto do país — oito escudos.

Penhamos como média horária de aulas dadas — cinco, o que já não é nada pedagógico. Mas admitamos que é ainda tolerável.

Ficam assim os vencimentos mensais dos professores do ensino particular: oitocentos e cinquenta e seiscentos e setenta escudos, respectivamente, dividindo pelos doze meses do ano o total recebido no tempo lectivo.

Permite esse quantitativo aquêle desafio económico que há-de traduzir-se numa inteira dedicação à profissão que exige um curso superior?

Nós não respondemos... E que vantagens se acumulam, no ensino particular, no que toca a reformas, subsídio de doença, invalidez, etc.?

Nenhuma, absolutamente nenhuma.

E no entanto a regra, no que toca a directores-proprietários de colégios, é: não empobrecer.

Regra comprovada pela experiência... que vejo nos outros.

Conclusão: o ensino particular não dá aos professores condições de trabalho pedagogicamente defensáveis, encarradas pelo lado económico.

Dar-lhes-á oportunidade ao menos aquelas que advêm do prestígio, da independência didáctica, da autoridade que o professor deve ter sobre o aluno?

Talvez possamos explicar por que não dá. Será uma questão de tempo e de espaço no sempre acolhedor «Diário Popular».

Por agora fixemos: o ensino particular não é para os professores aquêle mar de rosas que se quis fazer ver...

MARTINS DA CRUZ

## BREVES NOTÍCIAS

O Progresso Clube de Mem Martins realiza hoje, às 21 e 30, um espectáculo com a comédia de Rangel de Lima «Moços e Velhos».

● No próximo dia 13, às 21 horas, efectua-se a assembleia geral do Sport Clube Intendente.

## COLONA DÓRICA

Estamos em férias lectivas, em plenas férias. As férias não são todavia (pelo menos, não devem ser) um período morto da vida escolar.

Aparte o seu aspecto de período descanço para professores e alunos, as férias representam na vida das escolas (escolas não são apenas edifícios materiais mas sobretudo edifícios morais) o mesmo que os intervalos das ocupações sistemáticas devem representar no trabalho humano — o tempo necessário à reflexão, ao confronto do esforço com os resultados, à revisão dos processos de trabalho, ao fermento das iniciativas.

Elas oferecem aquêle estado de espírito propício a germinarem as novas ideias e ao aperfeiçoamento e requinte das velhas apreensões.

As instituições escolares, que devem ter personalidade bastante, aproveitam-las — se meditam no seu trabalho anterior e se preparam para o exame de consciência, sempre necessário, aquilo que tenham feito.

Os professores, por leituras mais livres e aparentemente desinteressadas, terão oportunidade de refrescar o espírito, de naturalizar o sorriso e a fala, emancipando-se de uma deformação profissional que tem um quê de mais incisivo que outra qualquer. Descongestionam, um tanto as epítulas do formulário pedagógico, criando reagentes mais vividos, e mais felizes e próximos da natureza.

C. L.



## EXTRA-MUROS

### A instrução agrícola na Bulgária

Segundo informações do semanário de Sofia «A Palavra Bulgara», o Ministro da Agricultura, de acordo com os planos de uma lei em vigor, está em vias de concluir com o Banco Agrícola da Bulgária um empréstimo de 120 milhões de leva, que servirá principalmente, para construir ou concluir edifícios e anexos de escolas complementares de agricultura, instalações, mobiliário e material de ensino indispensáveis. Este empréstimo será utilizado durante um período previsto de quatro anos.

Deste empréstimo, será utilizado para o ano corrente um crédito de 45 milhões de leva para 20 construções escolares, 100 aprendizes de quintas, 50 incubadoras eléctricas; assim como para compra de diversos instrumentos e máquinas agrícolas, móveis, etc.

Como estas escolas, pela sua organização e pelos seus métodos, diferem essencialmente das outras escolas de agricultura e dada, além disso, a sua grande importância prática, o referido Ministério projecta especialmente a abrir 10 escolas deste tipo, que consideramos cursos complementares de ensino agrícola, nas quais serão experimentadas certas teorias metodológicas e outras, cujos resultados serão em seguida aplicados em outras escolas deste género. Por outro lado, 10 cursos complementares de agricultura serão escolhidos como modelos, enquanto se procederá à construção e instalação de 90 novas escolas deste espécie, uma em cada distrito do país. Além disso, créditos de 25 a 50.000 leva serão distribuídos por 19 freguesias, para a conclusão de anexos de cursos complementares de agricultura.

Note-se que a experiência que se vem fazendo há já cerca de 20 anos com a criação destas escolas — o número das quais atinge hoje 208, no passado que todas as outras espécies de escolas agrícolas não excedem de 50 — tem dado excelentes resultados. Efectivamente, é sobretudo nestas escolas que os melhores elementos da juventude rural vêm completar, durante o Inverno, os seus conhecimentos agrícolas, sem se desprenderem dos trabalhos da herança paterna, ao mesmo tempo que as raparigas da aldeia vêm, também, ali, aprender a coser, a embelezar o interior da casa aldeã, a tirar melhor proveito dos produtos agrícolas, a cuidar e tratar das crianças, etc. Por isso, a multiplicação destas escolas tem-se feito num ritmo acelerado, desconhecida nas outras formas de ensino agrícola (escolas práticas ou modelares, escolas médias e escolas especiais de agricultura). E o Estado, muito naturalmente, encoraja e dirige a multiplicação destas

## ORIENTAÇÃO NA ESCOLA

A escola média e secundária não pode ter apenas como missão principal a transmissão de saber. A parte errónea da suposição de que é possível a transmissão de saber, há ainda outro argumento que invalida tal designio: a escola prepara para a vida, mas os adolescentes que a frequentam manifestam diversidade de aptidões, que não pode nunca ser mascarada com um saber igual para todos, e que todos poderiam melhor ou pior reproduzir.

Se a escola fôsse isto — como tensas de muitas vezes a ser — seria apenas um aparelho de dissimulação das variadíssimas aptidões na unidade de um tipo de saber, útil por consequência só para determinada função social. Não é necessário talvez concluir que, neste caso, a escola seria sobretudo uma agência de inadaptados profissionalmente. Mas se a escola foi isto durante muito tempo, é também certo que não o poderá continuar a ser.

A principal missão da escola consiste em descobrir aptidões, em orientar os seus alunos para o maior desenvolvimento possível dessas aptidões e, por fim, seleccioná-las profissionalmente em função das suas tendências. Se a escola não fizer isto, não interessa à vida nacional, de que é elemento de garantia, e passa a ser mais agente de perturbação dos seus quadros necessários do que factor de disciplina e rendimento.

Durante muito tempo, supõe-se que tais interesses não podiam fazer parte da sua finalidade. O velho lema, segundo o qual a escola deve apenas

transmitir aos que a frequentam um saber desinteressado ou humanista, já fez a sua época. Não que o ensino humanista deva ser banido, mas antes desenvolvido e apenas dirigido a aqueles que para ele demonstram reais capacidades. Mas o ensino humanista, concedido a todos sem discriminação, tinha antes por consequência a desumanização daquelles que para ele não tinham vocação.

A pedagogia quantitativa, que durante tanto tempo vigorou — e infelizmente ainda vigora —, exigia, aos aptos e aos inaptos para tais estudos, a mesma acumulação quantitativa de saber. Mas a quantidade de saber de nada interessa. E da observação vulgar que, muitas vezes, a que se sabe da escola mais bem dirigidos de saber são os que mais difficilmente se tornem úteis à sociedade. E isto só porque este saber não está de acordo com as aptidões, que a escola não ajudou a descobrir ou sistematicamente desconhecera.

É claro que, contra isto, pode dizer-se que a escola média tem por finalidade dar a todos uma cultura geral que sirva de base a qualquer profissão, que o aluno venha a desempenhar quando adulto. E ainda que o conhecimento das aptidões só tem importância quando o aluno tiver abandonado a escola. Não é difficil notar no tom destas objecções, tantas vezes utilizadas, um certo liberalismo pedagógico altamente comprometedor da organização social.

Mas estas argumentações, aparentemente compreensivas, não colhe. É certo que a chamada cultura geral é elemento importante a adquirir, mas no ensino liceal há diferentes ciclos com relativa independência e que deveriam, se concomitantemente se fizesse o estudo das aptidões dos alunos, servir para os centrar para as escolas de ensino profissional ou técnico, que com esses ciclos deveriam estar articuladas ou coordenadas.

Quanto à objecção de que o conhecimento das aptidões só interessa após a saída da escola, parece-nos ela não só errônea, mas perigosa. Não seria mais útil e harmonioso que, em vez de termos alunos forçadamente com os três ciclos liceais, e se desespraram com o exame de aptidão à Universidade, de que muitas vezes e injustamente, não podem tempor e parcialmente, e têm de procurar vagas colocações em que, com os seus muito vagas aptidões se conciliem, possuíssemos, de preferência, rapazes já orientados profissionalmente, embora a chamada cultura geral apenas tivessem o primeiro ou o primeiro e segundo ciclos liceais?

Quere-nos parecer que, se assim fosse, um bom numero de casos individuais e sociais, teria desaparecido. Se, no final de cada ciclo liceal, se fizesse o exame rigoroso das aptidões de cada aluno, utilizando como base as observações dos professores dirigidas nesse sentido durante a frequência, e se a passagem ao ciclo seguinte, depois de ouvido o encarregado de educação e colégios outros elementos de igual importância, fosse condicionada por esse exame, não teríamos, decerto, tão grande numero de indecisões sobre a carreira profissional a seguir.

Assim mesmo teríamos evitado que chagassem à Universidade tantos alunos inaptos, e teríamos certamente prestado, um grande serviço ao aluno, orientando-o a tempo na carreira a seguir; à sua família, evitando sacrificios sem compensação, e esperanças sem sentido; e à vida nacional, seleccionando homens aptos e competentes para cada profissão exigente de saber preparatório e aptidões definidas.

DELFIN SANTOS

O leitor do «Diário Popular» está seguro contra acidentes pessoais, na Companhia de Seguros Comércio e Indústria